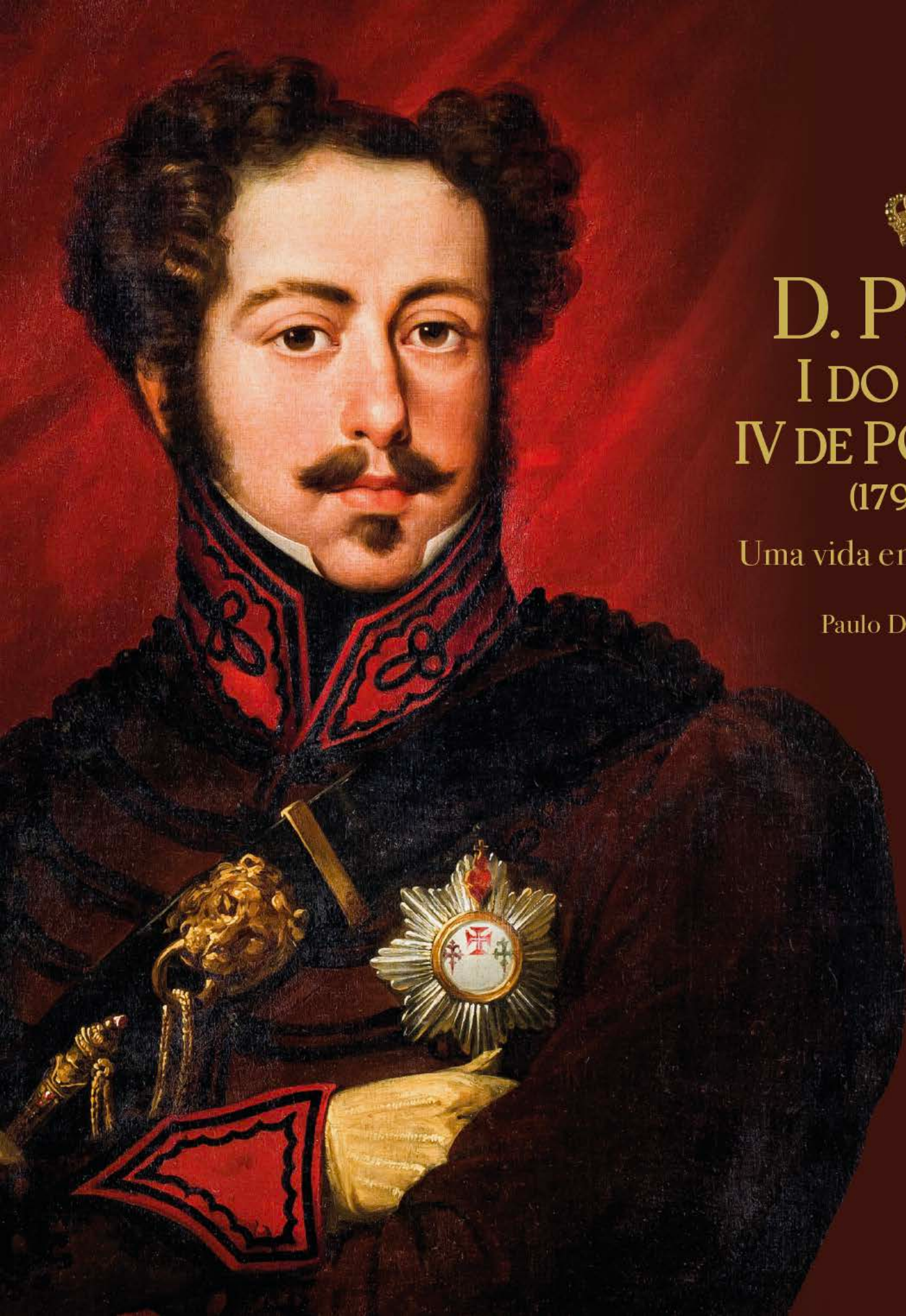




D. PEDRO
I DO BRASIL
IV DE PORTUGAL
(1798-1834)

Uma vida entre dois mundos

Paulo Drumond Braga





6

PREFÁCIO

9

O INFANTE QUE NÃO NASCEU PARA REINAR

19

VIVER DO OUTRO LADO DO MUNDO

29

PRIMEIRO CASAMENTO E DESCENDÊNCIA

39

«INDEPENDÊNCIA OU MORTE!»

57

DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE
AO RECONHECIMENTO DA
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

67

A COROA DE PORTUGAL

85

DO SEGUNDO CASAMENTO À SEGUNDA ABDICAÇÃO

99

O REI SOLDADO

123

A MORTE AOS 35 ANOS

137

A MEMÓRIA

149

EPÍLOGO

156

FONTES E BIBLIOGRAFIA





O INFANTE QUE NÃO NASCEU PARA REINAR





D. Pedro I do Brasil, IV de Portugal (1798-1834)
Uma vida entre dois mundos



Quarto D. Quixote, no Palácio de Queluz,
onde nasceu e morreu D. Pedro.

tinha ordenado, em todas as igrejas da capital, a realização de preces a partir de 21 «deste mês até o dia do parto de Sua Alteza»⁶. A 16 de outubro, o mesmo periódico anunciou: «A princesa nossa senhora, tendo completado o termo da sua gravidação, deu felizmente à luz a 12 deste mês, pelas seis horas e meia da manhã, um formoso infante.» O evento deu-se no Quarto D. Quixote do Palácio de Queluz. Repicaram os sinos das igrejas de Lisboa e, na mesma cidade, ouviram-se salvas de artilharia das fortalezas e navios surtos no porto. A corte vestiu-se de gala e, nessa noite e nas duas seguintes, houve iluminação geral «acompanhada dos mesmos repiques e salvas». A *Gazeta de Lisboa* concluiu a notícia informando que D. Carlota Joaquina e o recém-nascido «se acham na melhor disposição que em tais circunstâncias se possa desejar»⁷.

O novo infante foi batizado no dia 19, na capela do Palácio de Queluz, pelo cardeal-patriarca de Lisboa, tendo sido conduzido à pia batismal pelo marquês de Castelo Melhor, mordomo-mor de D. Carlota Joaquina. Teve como padrinho o infante D. António, irmão de Carlos IV, rei de Espanha, representado por um sobrinho que residia em Portugal, D. Pedro Carlos⁸. A madrinha foi uma irmã de D. Maria I, a infanta D. Maria Ana Francisca Josefa. Houve de novo iluminação geral, repiques de sinos e salvas de artilharia. Chamaram-lhe Pedro de Alcântara Francisco António João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim⁹. Se é verdade que os dois primeiros nomes foram dados em honra de São Pedro de Alcântara, também parece evidente que se quis homenagear o avô paterno, D. Pedro III, falecido em 1786.

O infante teve três amas de leite, uma efetiva, Madalena Josefa de São Pedro de Alcântara, e duas suplentes, Iria Teresa da Silva e Maria Bonifácia, e dois aios, D. Vasco Manuel de Figueiredo da Câmara Cabral e a marquesa de São Miguel, D. Mariana Xavier Botelho. A 18 de junho de 1804, por sugestão do conhecido médico e cientista paduano Domenico Vandelli, foi-lhe nomeado como



⁶. *Gazeta de Lisboa*, suplemento ao n.º 39, Lisboa, 28 de setembro de 1798.

⁷. *Gazeta de Lisboa*, n.º 42, Lisboa, 16 de outubro de 1798. Sobre as celebrações no Norte do país, cf. Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, «O Porto no Nascimento de D. Pedro de Alcântara», in *D. Pedro, Imperador do Brasil, Rei de Portugal. Do Absolutismo ao Liberalismo. Actas do Congresso Internacional*, Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Universidade do Porto, 2001, pp. 401-414.

⁸. Era este o único génito sobrevivente de D. Mariana Vitória, filha de D. Maria I, e de seu marido, D. Gabriel, infante de Espanha. Por vontade da avó materna, o pequeno órfão vivia em Portugal desde tenra idade. Foi biografado por Isabel Drumond Braga, *D. Pedro Carlos (1786-1812). Um Infante de Espanha em Portugal e no Brasil*, já anteriormente citado.

⁹. *Gazeta de Lisboa*, n.º 43, Lisboa, 23 de outubro de 1798.



D. Pedro I do Brasil, IV de Portugal (1798-1834)
Uma vida entre dois mundos

«TODOS OS QUE CHEGAM DA AMÉRICA, NÃO SÓ LOUVAM A EXCELENTE PRESENÇA, COMO A CANDURA E A BELA ALMA DE UM PRÍNCIPE QUE FARÁ UM DIA A FELICIDADE DO REINO.»

(D. Pedro de Alcântara descrito em 1813.)¹⁶



► Embarque da família real para o Brasil (1807).
Gravura de Francesco Bartolozzi e Henri Lévêque, 1815.

Em agosto de 1807, quando se receava que Portugal sofresse uma invasão francesa, como de facto veio a acontecer, o príncipe regente D. João foi aconselhado a enviar para o Brasil, investido da dignidade de condestável, o seu primogénito, acompanhado das irmãs e de D. Maria Francisca Benedita. A ideia partiu de Tomás António de Vilanova Portugal e teve o apoio de vários outros conselheiros do imperante, como o marquês de Santo Amaro, o visconde de Anadia e António de Araújo e Azevedo, mais tarde conde da Barca. O futuro D. João VI começou por aceder mas depois mudou de ideias e decidiu que partiria toda a família¹⁷.

Assim, em novembro de 1807 – quando os exércitos franceses e espanhóis, comandados pelo general Junot já tinham entrado em Portugal –, a corte foi transferida para o Brasil. O plano nada tinha de original e havia sido pensado nos reinados de D. João IV, D. Afonso VI e D. José I. A opção foi decidida em outubro, numa convenção secreta assinada com o Reino Unido. Salvaguardava a realza e a dinastia, evitando situações como as que ocorreram na Áustria e em Espanha, cujos chefes do Estado ficaram prisioneiros de Napoleão¹⁸. A frota levantou ferros no dia 29 desse mês, comboiada por uma esquadra britânica. D. Pedro de Alcântara, então com 9 anos, seguiu com D. Maria I, o futuro D. João VI, o irmão Miguel e o primo Pedro Carlos na nau *Príncipe Real*¹⁹.

Durante a viagem, o príncipe terá mostrado interesse nas manobras a bordo e nos cálculos de longitude e terá ainda passado muitas horas a ler a *Encida*, de Virgílio, na versão original em latim. É provável que esse interesse lhe tenha



¹⁶. Ângelo Pereira, *Os Filhos d'El-Rei D. João VI*, [...], p. 74.

¹⁷. Ângelo Pereira, *Os Filhos d'El-Rei D. João VI*, [...], pp. 102-110.

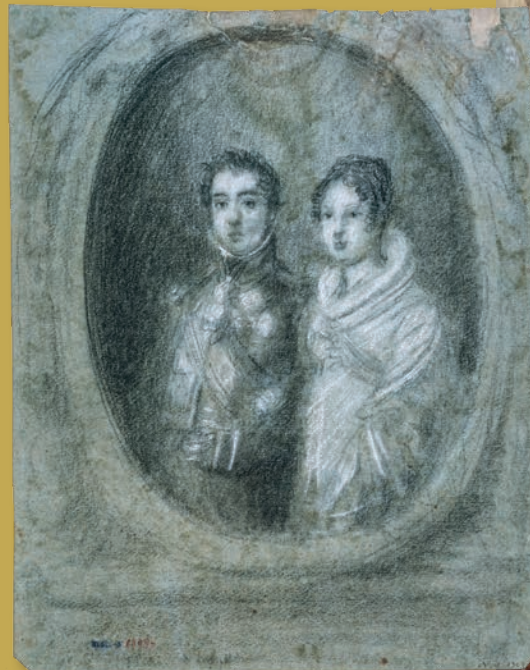
¹⁸. Sheila de Castro Faria, «Transmigração da Corte», in *Dicionário do Brasil Joanino (1808-1821)*, direção de Ronaldo Vainfas e Lúcia Bastos Pereira das Neves, Rio de Janeiro, Objetiva, 2008, pp. 426-430; Laura de Mello e Souza, «A Transferência da Corte Régia Portuguesa para o Brasil», in *História Global de Portugal*, direção de Carlos Fiolhais, José Eduardo Franco e José Pedro Paiva, Lisboa, Círculo de Leitores, 2020, pp. 487-493.

¹⁹. Kenneth Light, «A Viagem Marítima», in *A Transferência da Capital e da Corte para o Brasil. 1807-1808*, Lisboa, Tribuna da História, 2007, p. 84.





D. Pedro I do Brasil, IV de Portugal (1798-1834)
Uma vida entre dois mundos



D. Pedro e D. Leopoldina por volta de 1817.
Desenho de Domingos Sequeira.
Desembarque de D. Leopoldina no Rio de Janeiro (1817).
Óleo sobre tela de Jean Baptiste Debret.

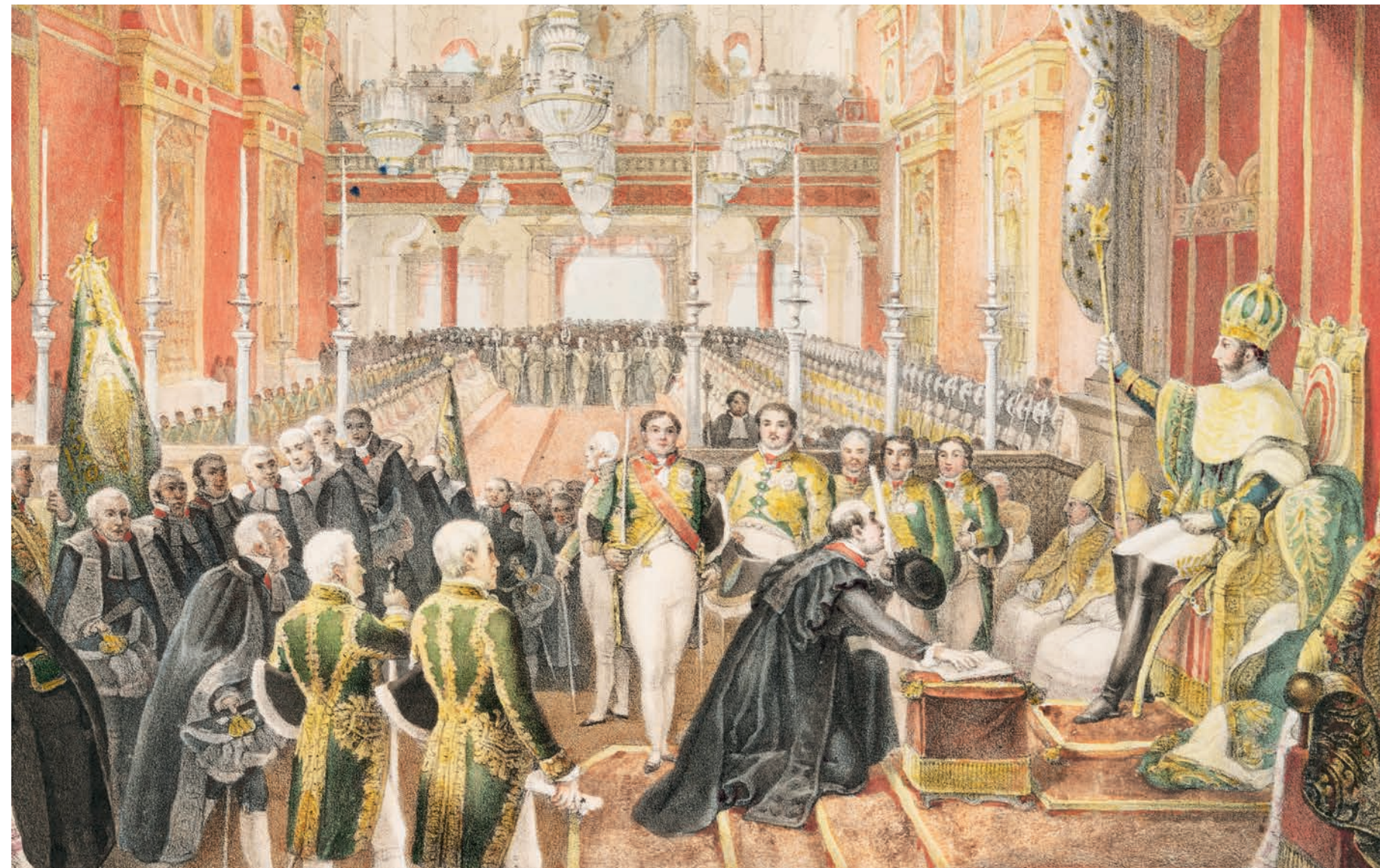




Aclamação de D. Pedro I como imperador do Brasil (1822).
Ilustração de Jean Baptiste Debret, 1834-1839.
► Coroação de D. Pedro I como imperador do Brasil (1822).
Ilustração de Jean Baptiste Debret, 1834-1839.

hediondas e pestíferas Cortes» portuguesas, sendo muito claro: «de Portugal nada, nada, não queremos nada». Mais acrescentou que o Brasil não receava a guerra com a antiga potência colonial: «Triunfa e triunfará a independência brasileira ou a morte nos há de custar.»¹⁰³

A 12 de outubro, dia em que completava 24 anos, D. Pedro de Alcântara foi aclamado imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil. A cerimónia decorreu no Campo de Santana, então crismado Praça da Aclamação e, mais tarde, Praça da República. Passou a ser D. Pedro I. No primeiro dia de dezembro, foi sagrado e coroado¹⁰⁴. A cerimónia seguiu o que era habitual na tradição europeia e, ao contrário do que muitas vezes se escreveu, teve pouco que ver com a de Napoleão¹⁰⁵. Foi talvez o momento mais importante da vida



¹⁰³. *Cartas de D. Pedro* [...], pp. 153-155.

¹⁰⁴. Octávio Tarquínio de Sousa, *A Vida de D. Pedro I*, vol. II, [...], pp. 60-88.

¹⁰⁵. Iara Lis Carvalho de Souza, *Pátria Coroada. O Brasil como Corpo Político Autônomo. 1780-1831*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999, pp. 256-281; Isabel Corrêa da Silva, «Os Braganças de cá e de lá: Legitimidade, Soberania e os Teatros do Poder da Dinastia» [...], pp. 173-182.



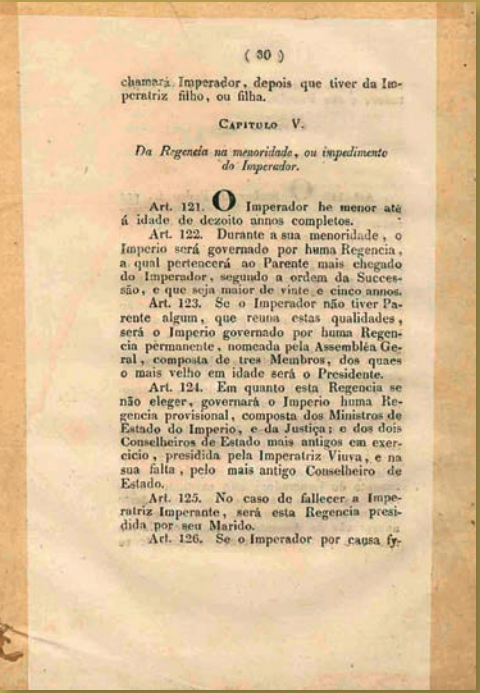
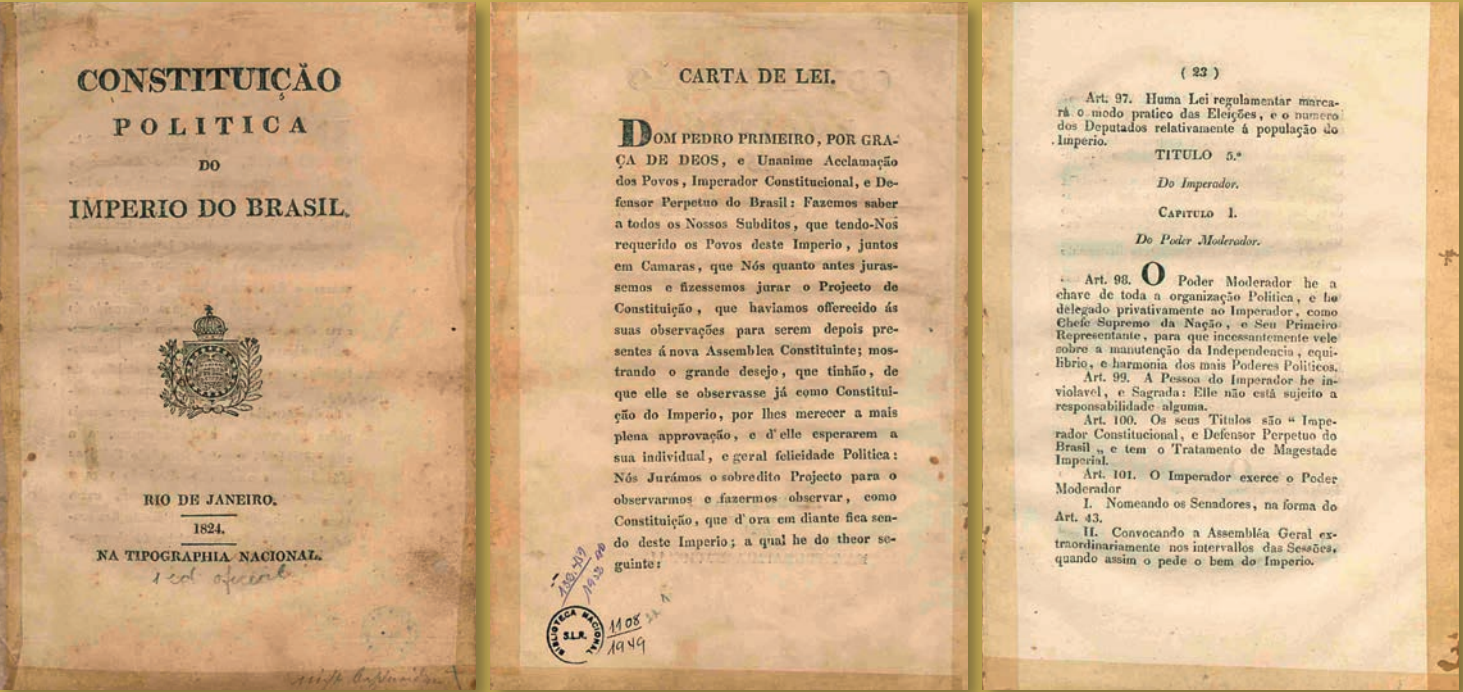


D. Pedro I do Brasil, IV de Portugal (1798-1834)
Uma vida entre dois mundos

pela primeira vez aquele que ficou conhecido como *Hino da Independência*, da autoria de D. Pedro I¹¹¹. Nestes anos, a unidade do jovem país esteve ameaçada. Pernambuco separou-se do Brasil e proclamou, em julho, a Confederação do Equador, que, em teoria, iria agrupar, além de Pernambuco, as províncias de Alagoas, Ceará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Contudo, a adesão à revolta foi escassa e, em novembro, o motim estava já esmagado *manu militari*. Os principais responsáveis foram condenados à morte e executados¹¹².

Entretanto, começaram negociações para o reconhecimento, por parte de Portugal, da independência do Brasil. Em julho de 1824, D. Pedro I solicitou-o a D. João VI, considerando-o altamente vantajoso para Portugal, uma vez que se restabeleceria o comércio entre os dois países. A dado passo, foi muito claro: «de Portugal já disse a Vossa Majestade que não queria nada»¹¹³. Londres interessou-se pelo assunto, já que, achando-se prestes a caducar o acordo comercial que fora assinado em 1810, havia que o renovar, mas sem melindrar Portugal. O governo de Jorge IV argumentou que desejava reconhecer as jovens nações sul-americanas e não queria deixar de fora o Brasil, que já trocara embaixadores com os Estados Unidos da América. Assim, houve negociações em Londres, com a supervisão do Reino Unido e a presença de representantes da Áustria, entre julho e novembro de 1824. Seguiram-se outras em Lisboa, entre março e maio de 1825, com o ministro dos Negócios Estrangeiros português, o conde de Porto Santo, e o diplomata inglês Charles Stuart. Este chegou ao Rio de Janeiro em julho¹¹⁴.

O processo negocial esteve longe de ser fácil. A 13 de maio de 1825, D. João VI procurou condicioná-lo, assinando uma carta patente em que elevou o Brasil à categoria de império, tomou para si próprio o título de imperador e deu a D. Pedro os de príncipe imperial do Brasil e real de Portugal e Algarves, transmitindo-lhe a soberania do território sul-americano¹¹⁵.



Frontispício e três páginas da Constituição do Brasil de 1824.
Cetro de D. Pedro I.

111. Malcolm Forest, «A Música e D. Pedro I» [...], pp. 540-544.

112. Octávio Tarquínio de Sousa, *A Vida de D. Pedro I*, vol. II, [...], pp. 161-166.

113. D. Pedro d'Alcântara de Bragança [...], p. 197.

114. Maria Cândida Proença, *A Independência do Brasil. Relações Externas Portuguesas, 1808-1825*, Lisboa, Horizonte, 1987, pp. 75-99.

115. Maria Cândida Proença, *A Independência do Brasil* [...], pp. 126-127.





D. Pedro I do Brasil, IV de Portugal (1798-1834)
Uma vida entre dois mundos

► D. Pedro I como imperador do Brasil.
Gravura de Henri Grevedon, c. 1830.

Os problemas no Brasil estavam longe de diminuir. Se, em agosto de 1828, um tratado assegurou o fim da Guerra da Cisplatina, com o nascimento da República Oriental do Uruguai, em fevereiro de 1829, uma revolta em Pernambuco tentou proclamar a República. Na Câmara dos Deputados, os ministros da Justiça e do Exército foram postos em xeque por atitudes tomadas aquando da repressão do levantamento. D. Pedro I foi criticado por alegadamente ter defendido os dois políticos. As tensões aumentaram e o imperador pensou em dissolver a Câmara dos Deputados e outorgar ao Brasil uma nova Constituição, a fim de aumentar ainda mais os seus poderes. Ponderou ainda buscar entre as potências europeias apoios para os seus intentos¹⁷⁴.

Em 1824, o engenheiro militar germânico Carl Schlichthorst, que servia no exército imperial brasileiro, descreveu D. Pedro I: «é um belo homem, de estatura mediana e rosto marcado pela varíola, com esplêndida barba negra. Fala depressa e decidido. Exprime-se mal em francês. Os olhos pretos e brilhantes não se fixam muito tempo em um lugar. Percebe tudo o que se passa em volta dele e gosta de intercalar uma piada num assunto sério. Ri frequentemente, mostrando dentes alvíssimos. Trajava, de acordo com o clima e a hora do dia, leve túnica cinzenta, chapéu branco, calças brancas e um lenço de muitas cores envolvendo o pescoço negligentemente»¹⁷⁵. Posteriormente, acrescentou: «Alguns camaristas e oficiais formam o seu séquito. Frequentemente, anda de carro ou a cavalo sozinho. Dorme pouco. Despreza o prazer da mesa. Cuida de tudo. Deleita-se com uma atividade constante. Tem predileção por cavalos e cães, e uma paixão que tudo domina: a inclinação pelo belo sexo.»¹⁷⁶

Por esses anos, D. Pedro I teve queixas diversas no domínio da saúde. Em 1827, as suas cartas à marquesa de Santos dão conta de uma uretrite¹⁷⁷. Numa delas foi muito explícito: «Desgraçado aquele homem que uma vez desconcerta a máquina triforme, porque depois, para tornar a atinar, custa os diabos.»¹⁷⁸

¹⁷⁴. Octávio Tarquínio de Sousa, *A Vida de D. Pedro I*, vol. II, [...], pp. 275-290.

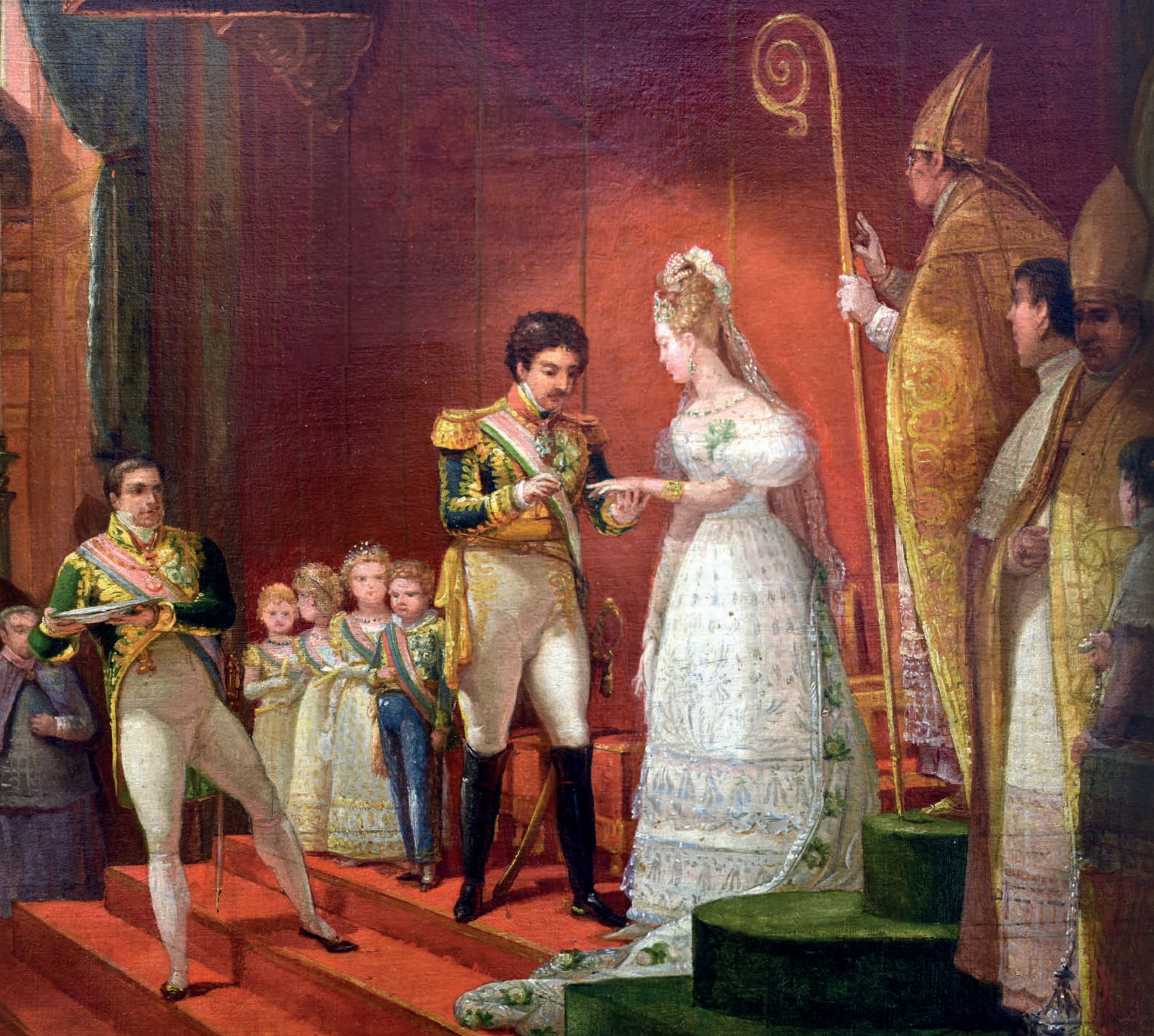
¹⁷⁵. Carl Schlichthorst, *O Rio de Janeiro como É (1824-1826)*, tradução, Brasília, Senado Federal, 2000, p. 24.

¹⁷⁶. Carl Schlichthorst, *O Rio de Janeiro como É* [...], p. 57.

¹⁷⁷. Ou seja, uma inflamação na uretra, que provoca em geral uma secreção purulenta, e que pode indicar doença sexualmente transmissível.

¹⁷⁸. *Cartas de Pedro I à Marquesa de Santos*, notas de Alberto Rangel, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984, p. 290. Para estes problemas de saúde de D. Pedro I, cf. Paulo Drumond Braga, *À Cabeceira do Rei* [...], pp. 173-174.





DO SEGUNDO CASAMENTO À SEGUNDA ABDICAÇÃO





D. Pedro I do Brasil, IV de Portugal (1798-1834)
Uma vida entre dois mundos

«O IMPERADOR ESTÁ LOUCO POR AMÉLIA.»

(Augusto de Leuchtenberg em carta a Augusta da Baviera, de outubro de 1829.)¹⁷⁹

«EU ME RETIRO PARA A EUROPA, SAUDOSO DA PÁTRIA, DOS FILHOS E DE TODOS OS MEUS VERDADEIROS AMIGOS. [...] ADEUS PÁTRIA, ADEUS AMIGOS E ADEUS PARA SEMPRE.»

(D. Pedro I dirigindo-se à Assembleia Nacional a 6 de maio de 1826.)¹⁸⁰



► D. Amélia de Leuchtenberg.
Óleo sobre tela de Maurício José Sendim, 1834-1850.

Com a morte de D. Leopoldina, D. Pedro I decidiu voltar a casar. Em 1827, o marquês de Barbacena foi enviado em busca da nova imperatriz do Brasil. A mesma deveria ser bem-nascida, formosa, virtuosa e bem-educada. Em várias zonas da Europa (Áustria, Baden, Baviera, Dinamarca, Sardenha, Suécia), as recusas foram-se acumulando, por muitos e diferentes motivos: por um lado, a má fama de D. Pedro I como marido tinha chegado à Europa. Por outro, nem todos os príncipes estavam dispostos a enviar filhas para um país longínquo onde tudo era diferente. O facto de se tratar de um segundo casamento também desagrava às potenciais noivas, uma vez que dificilmente seriam mães de um futuro imperador. Finalmente, na Áustria, receava-se que um eventual varão do novo enlace do imperador viesse, em caso de morte do pequeno Pedro de Alcântara, a suceder ao pai, já que teria sempre precedência sobre as netas de Francisco I, pai da falecida D. Leopoldina¹⁸¹.

Contudo, o soberano austríaco continuava a ser visto como um potencial aliado nas difíceis negociações. Em carta ao marquês de Resende, escrita nos primeiros dias de 1828, D. Pedro I foi, como sempre, muito explícito: «diga a meu sogro que moro num país quente, que tenho 29 anos e que se lembre dos seus tempos para calcular a necessidade em que estarei»¹⁸².

Era um manifesto exagero, já que nesse compasso de espera manteve o seu relacionamento com a marquesa de Santos, que, em fevereiro de 1830, deu à luz Maria Isabel. Em carta de abril desse ano, o imperador confidenciou ao marquês de Resende ter a criança sido «feita enquanto os senhores levavam tempo a me



¹⁷⁹. Maria Manuela Pera Lourenço Martins, *D. Augusto de Leuchtenberg e Santa Cruz. Contributos para Uma Biografia*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Colibri, 2001, p. 37.

¹⁸⁰. *Documentos para a Historia das Cortes Geraes* [...], tomo VIII, p. 347.

¹⁸¹. Cláudia Thomé Witte, *Amélia de Leuchtenberg, Imperatriz do Brasil, Duquesa de Bragança*, Lisboa, By the Book, 2024, pp. 67-82.

¹⁸². *D. Pedro d'Alcântara de Bragança* [...], p. 198.





D. Pedro I do Brasil, IV de Portugal (1798-1834)
Uma vida entre dois mundos



Visão idealizada do desembarque de D. Pedro junto ao Porto em 1832, numa aguarela de Roque Gameiro, publicada em 1917 num livro de divulgação.

Peça da farda usada por D. Pedro no cerco do Porto.

- Desembarque de D. Pedro na praia de Arnosa de Pampelido, num livro de 1867.
- Frente e verso do estandarte bordado por D. Maria II.

Bragança chegou a acreditar na derrota, ponderando retirar com a família para os Açores. O Reino Unido continuava hesitante e, em março de 1833, esteve prestes a reconhecer D. Miguel²²⁷.

Entretanto, no Rio de Janeiro, nos começos de 1833, morreu uma das filhas legítimas de D. Pedro de Alcântara, D. Paula Mariana, a cerca de um mês de completar 10 anos. D. Maria II comentou com o imperador do Brasil: «A mamã [D. Amélia] tem sentido muito e estou com cuidado no papá, que se há de afligir muito com esta notícia.»²²⁸ E, de facto, o duque de Bragança escreveu a D. Pedro II, a D. Januária e a D. Francisca: «Quão desgraçado é vosso pai por ser separado de vós, há mais de dois anos, e por último perder vossa irmã!! Ainda era preciso este golpe profundo para mais lhe dilacerar o coração!!»²²⁹

Não foi por ter renunciado à Coroa do Brasil que o país sul-americano se desinteressou totalmente de D. Pedro de Alcântara. Este, em março de 1833, leu as seguintes palavras a autoria de José Inácio de Almeida Lima:



²²⁷. Paulo Drumond Braga, *D. Maria II* [...], p. 81.

²²⁸. Petrópolis, MI/AH, Arquivo Grão-Pará, III-4-03.

²²⁹. Paulo Rezzutti, *D. Pedro IV* [...], p. 312.





D. Pedro I do Brasil, IV de Portugal (1798-1834)
Uma vida entre dois mundos

«EXPIROU EM MEUS BRAÇOS [...] DEPOIS DE LONGOS
E CRUÉIS SOFRIMENTOS, QUE SUPORTOU COM UMA RESIGNAÇÃO
E PIEDADE EDIFICANTES. NÃO SE ILUDIU NUNCA A RESPEITO DO SEU ESTADO
[...] MORREU COMO UM SANTO MÁRTIR E FILÓSOFO CRISTÃO
E JAMAIS HOVE UMA MORTE TÃO TRANQUILA.»²⁵⁹

(D. Amélia, em carta a D. Januária, de 29 de setembro de 1834.)²⁶⁰



► Retrato de D. Pedro em 1830,
de Maurício José do Carmo Sandim.

A saúde de D. Pedro de Alcântara vinha declinando desde 1833, quando começou a sofrer de dispneia, hemoptise, suores frios, ataques de tosse recorrentes e duradouros e edemas nos membros inferiores²⁶¹. Em maio de 1834, durante a referida pateada de que foi vítima no Teatro de São Carlos, cuspiu sangue. A 15 de agosto, o longo discurso de abertura das Cortes cansou-o bastante e seguiu para as Caldas da Rainha, em busca de alívio. Quando, em 1830, ocorreu, na Ajuda, a sessão solene do seu juramento como regente, uma testemunha asseverou: «O imperador [...] parece-me que pouco tempo poderá defender a nossa Constituição pois está com uma cara bem doente.»²⁶² A 10 de setembro, mudou-se para Queluz, que sempre adorara e onde nascera. Não mais se levantou da cama.

Para a posteridade ficaram vários documentos de origem médica, todos sem data, mas provavelmente de agosto e de setembro, que referem sintomas tão diferentes como dores agudas, abatimento, pulsações elevadas, «fogo no estômago» e «tremor nervoso». Para o aliviar, ministraram-lhe sangrias e aplicaram-lhe sanguessugas. Fica ainda a saber-se que teve hemorroidas, tendo sido tratado com incisões²⁶³. A uma dessas terapias se referiu em carta de 22 de agosto: «As sanguessugas fizeram-me muito bem, de tarde tomei um laxante e hoje acho-me melhor tendo sofrido pouco de noite.»²⁶⁴ Missivas privadas escritas para Lisboa por alguém dificilmente identificável vão igualmente dando conta do estado de saúde de D. Pedro de Alcântara: «O imperador tem-se dado magnificamente, pelo que todos estamos muito satisfeitos.»²⁶⁵ Dias depois,

²⁵⁹. Lygia Lemos Torres, *Imperatriz Dona Amélia*, [...], p. 188.

²⁶⁰. Lygia Lemos Torres, *Imperatriz Dona Amélia*, São Paulo, [s. n.], 1947, pp. 188 e 190.

²⁶¹. Retomo aqui o que escrevi em livro anterior. Cf. Paulo Drumond Braga, *A Cabeceira do Rei* [...], pp. 175-176.

²⁶². Maria Constança da Câmara, 7.ª Marquesa de Fronteira, *Diários* [...], p. 257.

²⁶³. Lisboa, BA, Paulo Martins de Almeida, 11, docs. 1 a 14.

²⁶⁴. Lisboa, ANTT, Bento Pereira do Carmo, maço 1, doc. 25.

²⁶⁵. Lisboa, BNP, manuscrito 226, doc. 90.





D. Pedro I do Brasil, IV de Portugal (1798-1834)
Uma vida entre dois mundos

► D. Amélia de Leuchtenberg e a filha,
a princesa Maria Amélia, em 1839.
Óleo sobre tela de Friedrich Dürck.

saíram das barreiras de São Sebastião da Pedreira ao encontro dos restos mortais do grande príncipe conduzidos num coche da casa real e escoltados por todos os generais, oficiais superiores e mais oficiais que se achavam na capital»²⁸⁰. Outra testemunha, Charles Napier, notou «que poucos olhos enxutos se divisaram»²⁸¹.

O coração foi removido do corpo e depositado, de acordo com a vontade do duque de Bragança, na Igreja da Lapa, no Porto, em jazigo inaugurado em 1837²⁸², um pouco à maneira do que faziam os Habsburgos, família cuja maior parte dos corações se acha na igreja dos Agostinhos, em Viena.

Quando relatou, nas suas memórias, a morte de D. Pedro de Alcântara, o duque de Palmela mostrou uma fria clarividência: «foi talvez feliz em morrer num momento mais oportuno para consagrar a sua reputação. Não teria sido tão grande e tão preclaro se ele tivesse vivido dois anos menos e provavelmente não avultaria mais se a vida se lhe houvesse prolongado por mais tempo. [...] O seu falecimento foi oportuno para a sua fama»²⁸³.



²⁸⁰. D. José Trasimundo Mascarenhas Barreto, *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. v-vi, [...], p. 122.

²⁸¹. Charles Napier, *A Guerra da Sucessão. D. Pedro e D. Miguel*, [...], p. 272.

²⁸². Francisco Ribeiro da Silva, «D. Pedro IV e a Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa da cidade do Porto», in *D. Pedro, Imperador do Brasil, Rei de Portugal. Do Absolutismo ao Liberalismo. Actas do Congresso Internacional*, Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Universidade do Porto, 2001, pp. 253-281; Francisco Queiroz, *Os Cemitérios do Porto e a Arte Funerária Oitocentista em Portugal*, tese de doutoramento apresentada à Universidade do Porto, exemplar policopiado, vol. i, Porto, 2002, pp. 199-202.

²⁸³. *Memórias do Duque de Palmela* [...], pp. 296-297.





A MEMÓRIA





D. Pedro I do Brasil, IV de Portugal (1798-1834)
Uma vida entre dois mundos



Monumento que em Angra do Heroísmo evoca a passagem de D. Pedro pela cidade.
Estátua de D. Pedro no Porto.



do duque de Bragança pelos Açores. Em 1864, foi a vez de um monumento evocativo do local onde desembarcou, junto ao Porto. Esta mesma cidade, dois anos volvidos, inaugurou uma estátua equestre de D. Pedro de Alcântara. Quanto a Lisboa, começou-se, logo em 1834, a pensar em homenagear condignamente o pai de D. Maria II com uma estátua na Praça do Rossio. Ao longo da década de 1840, foram surgindo contribuições aparentemente voluntárias mas que na realidade não o eram, já que os funcionários públicos foram aconselhados a doar o correspondente a um dia de trabalho. A primeira pedra foi lançada em 1852, mas o monumento só foi inaugurado em 1870, no dia em que passavam quarenta e quatro anos da outorga da Carta Constitucional. Achavam-se presentes várias autoridades portuguesas, entre as quais o rei D. Luís, neto de D. Pedro de Alcântara, e alguns sobreviventes da guerra civil, como o duque de Saldanha e o marquês de Sá da Bandeira²⁸⁹.

²⁸⁹. Fernando Catroga, «O Culto Cívico de D. Pedro e a Construção da Memória Liberal» [...], pp. 216-224; Magda Pinheiro, *O Liberalismo nos Espaços Públicos. A Memória das Revoluções Liberais através dos Monumentos Que as Celebram*, Oeiras, Celta, 2000, pp. 18, 26-37.



Escusado será dizer que não houve unanimidade em torno do monumento do Rossio. Do seu exílio em Londres, o reputado miguelista António Ribeiro Saraiva propôs «a estátua de um ancião, de respeitável fisionomia, mas muito magro, roto e esfarrapado, com a cabeça para o chão, e os pés para o ar, caindo-lhe assim dos bolsos os últimos cinco réis, ao mesmo tempo que alguns surrados papéis de crédito, com valor corrente de 6 ou 7 por cento, e algumas cédulas do monte da piedade à mistura. Em torno da peanha, em gordos carateres, a legenda P.P.P.P.P.P.P. (quer dizer) Pedro, Primeiro, Príncipe, Pedreiro (2), Pôs Portugal Por Portas»²⁹⁰.

Entretanto, autores como António Feliciano de Castilho, Alexandre Herculano, Luz Soriano e outros enalteceram o duque de Bragança como protótipo de herói liberal, quase um mártir, atendendo ao seu precoce desaparecimento²⁹¹. A partir da década de 1880, novas gerações teceram juízos mais críticos, como se pode ver pelas páginas de Pinheiro Chagas, Teófilo



²⁹⁰. António Ribeiro Saraiva, *O Miguelista em Londres. Mistiforio, Politico, Satirico, Litterario, Historico, Poetico, Documentario, &c.*, n.º 1, Londres, B. W. Gardiner & Son, 1870, pp. 7-8.

²⁹¹. Fernando Catroga, «Positivistas e Republicanos», in *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*, vol. 1 (*A História através da História*), Lisboa, Temas e Debates, 1998, pp. 131-132.

Estátua de D. Pedro em Lisboa.
Sátira à estátua de D. Pedro em Lisboa.

